

A. I. N° - 280080.0012/20-0
AUTUADO - JOSÉ RENATO DE ALMEIDA GONÇALVES
AUTUANTE - FRANCISCO NOBRE DE OLIVEIRA
ORIGEM - INFAZ ITD
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 17/05/2021

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0048-03/21-VD

EMENTA: ITD. DOAÇÃO. IMPOSTO TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS. PAGAMENTO A MENOS. É devido o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITD, sobre as transmissões *causa mortis*. Avaliação dos bens feita inicialmente, menor que a devida. Parecer exarado pela Procuradoria Geral do Estado confirma acerto da autuação. O sujeito passivo não recolheu integralmente o valor do imposto devido. Infração subsistente. Não acolhida a preliminar de nulidade arguida. Indeferido pedido de diligência. Não acatado pedido de cancelamento dos acréscimos moratórios e da multa aplicada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 13/10/2020, exige crédito tributário no valor de R\$15.537.672,74, acrescido da multa de 60%, em razão da falta de recolhimento ou recolhimento a menos, do ITD incidente sobre transmissão causa mortis de direitos, no mês de novembro de 2018. (Infração 41.02.03). Consta na descrição dos fatos, que o contribuinte recolheu a menor o ITD devido no Inventário Formal de Partilha do espólio de Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho - Proc. SIPRO n° 040398/2019-0, conforme processo 0570302-52.2018.8.05.0001, que tramitou na 13ª Vara de Família de Salvador. Procede-se à constituição de crédito complementar referente ao ITD, em razão de conhecimento pela Fazenda Pública, de “Fato Relevante” publicado, nos termos do art. 157 da Lei 6404/76, pela Cia. de Participações da Bahia, que comunica ao mercado a alienação do controle acionário do S/A Hospital Aliança, ao Hospital Esperança S/A, com reflexos na avaliação das cotas e ações que o “*de cujus*” detinha, direta e indiretamente, junto às empresas Cia. de Participações Aliança da Bahia, Adrecor Administração Representações e Corretagens Ltda. e Companhia de Seguros Aliança da Bahia, o que modificou o quinhão de partilha do ora autuado. Este lançamento complementar é feito com fundamento no art. 10 da Lei Estadual 4826/89 e à vista das normas constantes dos arts. 145, inciso III, cc art. 149, incisos IV e VIII da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

O autuado impugna o lançamento fls.16/34, através de advogados, procuração fl.36. Diz que vem apresentar defesa administrativa tempestiva, em relação ao lançamento em epígrafe, pelas razões que passa a expor. Sintetiza os fatos conforme seguem.

Afirma que em 15.11.2018, houve o falecimento do Sr. Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho, pai do ora impugnante, que junto a sua irmã, Sra. Thereza de Almeida Gonçalves Tourinho, são os únicos herdeiros do *de cujus*.

Em 20.11.2018, os herdeiros promoveram a abertura do Inventário Judicial n° 0570302-52.2018.8.05.0001, que tramitou de forma consensual perante a 4ª Vara de Sucessões de Salvador - BA.